

## DEBATE

## MUDANÇA NA AÇÃO EDUCACIONAL DA EXTENSÃO RURAL BRASILEIRA

Nilton de Brito Cavalcanti\*

## INTRODUÇÃO

A extensão rural surgiu no Brasil, segundo QUE-DA (1976), como uma reação ao malogro da educação rural, tendo sido definida por seus idealizadores como um processo de educação extra-escolar, em que seriam elaborados programas visando à melhoria do padrão de vida, da saúde e da educação das comunidades rurais.

Esse objetivo passou por diversas modificações diante do dilema pelo qual vem atravessando a extensão rural nos últimos anos, em razão das mudanças ocorridas na estrutura político-social do País. E isso indica a necessidade de uma reorientação na ação educacional da extensão rural, posicionando-a dentro da nova realidade brasileira.

Na fase atual, a extensão rural passa por um momento muito difícil, principalmente quanto ao seu público prioritário, o pequeno produtor, e à sua ação educacional. É necessário que se faça uma reavaliação dos problemas enfrentados pela extensão na transferência de conhecimentos para o pequeno produtor, para que o modelo extensionista em curso seja compatível com o tipo de desenvolvimento que vem ocorrendo na agricultura brasileira. É esse desenvolvimento exige um processo educativo dialógico, por meio do qual a população rural possa ampliar seus conhecimentos acerca da realidade e das possibilidades que tem para modificá-la na busca de sua promoção.

## 2. UMA BREVE HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

No Brasil, a extensão surgiu com a ACAR/MG, ten-

---

\*Estudante do Curso de Mestrado em Extensão Rural - UFV.

do iniciado suas atividades com o patrocínio da AIA ("America International for Economic Social Development") e do governo de Minas Gerais, a partir de dezembro de 1948. O objetivo principal foi estabelecer um sistema de assistência e técnica financeira, a fim de possibilitar a intensificação da produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da população rural (LIMA, 1985)

Os antecedentes do sistema ACAR/MG vieram do modelo "Cooperative Extension Service", que foi ensaiado pelas escolas de Viçosa e Lavras, profundamente influenciadas por educadores norte-americanos. Mas sua experiência de maior pureza e permanência ocorreu em São Paulo, nos municípios de Santa Rita de Passo Quatro e São José do Rio Pardo, entre 1948 e 1956.

Nesse contexto, o objetivo social primeiro foi estabelecer o processo brasileiro de extensão rural. Logo depois, a ação extensionista assumiu seu real papel, o de difundir tecnologias para os agricultores, visando, segundo CANUTO (1983), aumentar a produção e a produtividade agropecuária. Assim, a extensão rural tinha suas fases centradas no desenvolvimento de comunidades ou na idéia da propriedade como um todo. Segundo CAPORAL (1991), essas estratégias seriam capazes de garantir a aderência e a posterior subordinação da agricultura ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial pelo qual passava o País. E tais estratégias levaram o sistema brasileiro de extensão rural a direcionar sua ação para o desenvolvimento dos métodos que foram utilizados, visando fazer com que os agricultores e suas famílias passassem a adotar inovações tecnológicas na agricultura e no lar. Com isso, o extensionista era o agente de mudanças, cuja ação extensionista tinha como princípio promover mudanças na agricultura voltadas para a adoção de inovações, considerando-se que a extensão era uma forma de promover a educação do homem do campo.

Para orientação da ação extensionista dentro do sistema ACAR/MG, o método adotado foi o da demonstração, com a transferência de novas idéias. Esse método foi criticado por vários estudiosos da comunicação, dentre eles FREIRE (1983), afirmando que no trabalho extensionista para transferência de tecnologia, sem levar em conta o saber de seu público, não há comunicação, porque o que caracteriza a comunicação enquanto "comunicar comunicando-se é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo".

Essa crítica ao modelo extensionista-difusionista adotado pelo sistema brasileiro de extensão rural fez surgir a hipótese de uma reavaliação do processo até en-

tão adotado, quebrando o caráter de uma educação autoritária, de cima para baixo, e sobretudo antidialógica.

Segundo OLIVEIRA (1988), as críticas ao modelo difusionista tiveram, inicialmente, dois enfoques básicos. Por um lado, levantava-se a questão de que na corrente difusionista não eram considerados os fatores estruturais e políticos das sociedades subdesenvolvidas e as especificações culturais do meio rural e, por outro, criticava-se a concepção mecanicista da comunicação. Em ambas as questões, evidenciava-se uma noção de desenvolvimento cujo pressuposto básico era a simples modernização da sociedade, preservando o "status quo" econômico, político e social que, segundo os críticos do difusionismo, era o principal responsável pelo quadro de atraso, ignorância e injustiça no panorama social latino-americano. E a partir desse momento começaram a surgir correntes que viam como saída para a extensão rural brasileira a mudança da abordagem tecnicista tradicional de uma extensão rural importada de uma realidade econômica e social diversa da brasileira para uma abordagem voltada para a compreensão dos problemas locais e a criação de alternativas e propostas de soluções adequadas.

Nesse contexto, a mudança na ação extensionista ocorreu, principalmente, dando-se prioridade ao pequeno produtor como público-alvo da ação extensionista, o que levou à reorientação e ao aperfeiçoamento dos métodos e processos educacionais. Esse novo momento da extensão rural brasileira exigia que o extensionista fosse capaz de interpretar a realidade do meio rural e compreendê-la de forma conjunta com os agricultores.

### 3. NOVA PROPOSTA DE AÇÃO EDUCACIONAL

Com base em sua história, com importantes ações de muitos e críticas de poucos, surgiu a necessidade de que novos rumos fossem dados à ação educacional, com ênfase para uma ação participativa do processo de extensão rural junto a seu público, o que levou o Estado a assumir um discurso participativo.

Segundo PINTO (1987), o discurso participativo que o Estado começou a utilizar iria abrir espaço para práticas de participação, e é esse espaço que teria de ser ocupado pela ação participativa extensionista, que deitava integrar-se às mudanças exigidas. Porém, esse novo discurso do Estado deve ser observado com atenção, tentando-se fazer com que a participação na ação extensionista seja mais democrática.

Tal perspectiva levou o sistema brasileiro de

extensão rural a uma fase de alterações de suas diretrizes pelo Estado, quando as contradições no seio da extensão rural ganharam em importância, quanto à necessidade de mudança e à tendência por parte de alguns membros em manter a extensão rural como um instrumento a serviço do Estado. Este deve introduzir no sistema, por intermédio da difusão de tecnologia, elementos que levam à mudança social, a partir da adoção das tecnologias preconizadas por um processo educativo, do tipo difusionista.

Segundo FIGUEIREDO (1984), nas condições brasileiras, optar por uma extensão comprometida com uma ação educacional e participativa implica, efetivamente, dar primazia àqueles segmentos populacionais majoritários e que menos participam dos resultados do trabalho social. Tais segmentos são os pequenos proprietários posseiros, parceiros, arrendatários e os trabalhadores rurais, extratos mais penalizados pela modernização conservadora processada no meio rural deste País.

Nesse contexto, o caráter real da nova ação educacional será de buscar uma participação efetiva da comunidade rural, por intermédio de transformações nas quais segundo BORDENAVE et alii (1981), os processos de treinamento e de capacitação devem deixar de ser simplesmente a prendizado de novos conhecimentos na área da tecnologia agrícola, para se transformarem em ação educativa. E essa ação deve se revestir de um caráter prático, proporcionando instrumentos para transformação da realidade, não somente entendidas essas transformações como habilidades e destrezas físicas, mas também como intelectuais.

No contexto de tais transformações, o processo educativo-diálogo é, segundo CAPORAL (1991), o caminho para a população rural ampliar seus conhecimentos da realidade e das possibilidades que tem para modificá-la na busca de sua sobrevivência, assim como a organização da população rural é condição fundamental para sua participação no desenvolvimento, onde essa organização é o agente ativo responsável pelo progresso dessa gente.

#### 4. CONCLUSÃO

A extensão rural brasileira, diante da nova realidade socioeconômica do País, tem que traçar um novo caminho junto a seu público-alvo, o pequeno produtor rural, que esteve sempre à margem de todo o processo até então desenvolvido, onde a primazia eram os grandes produtores.

A nova estratégia, cuja meta é a participação do povo rural, requer que cada vez mais os agentes de extensão se interajam com os agricultores para que, em conjunto, cada um com suas idéias, conhecimentos, aspirações,

experiências e sugestões procurem identificar a realidade em que vivem seus problemas e suas potencialidades e partam para definir sua ação rumo às mudanças que vierem a surgir.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BORDENAVE, J.D., WERTHEIN, J. Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 370p.
2. CANUTO, J.C. A extensão rural numa perspectiva de Educação popular. In: Educação e Sociedade. Cadernos CEDES, São Paulo. n.16, p.146-149, 1983.
3. CAPORAL, F.R. A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do Serviço Público. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1991.221p. (Tese M.S.).
4. FREIRE, P. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.
5. FIGUEIREDO, R.P. Extensão rural no Brasil: novos tempos. Rev. Bras. Tecnol. v.15, n.4, p.19-25, jul/ago. 1984.
6. LIMA, A.L. Da ACAR à EMATER-MG: análise crítica da dinâmica de um sistema de extensão. Viçosa: UFV, 1984, 89p. (Tese M.S.).
7. OLIVEIRA, V.C. Questões metodológicas da comunicação rural: notas para um debate. In: ESTUDOS de comunicação rural. São Paulo: Intercom, Loyola, p.149-166, 1988.
8. PINTO, J.B. Planejamento participativo: mito ou prática de classe? Revista de Cultura Vozes, v.18, n.1, p.71-82, 1987.
9. QUEDA, O. Extensão rural: para que e para quem serve. In: Cadernos Anped. 1. Rio de Janeiro: Extensão e Formação Profissional Rural, 1982. p-17-22 (Notas do Seminário, II).